# A IMPLEMENTAÇÃO DA PORTARIA n.º 4059 E A VISÃO DOS ACADÊMICOS

Curitiba – PR – 05/2014

Alessandra de Paula - GRUPO UNINTER - alessandra\_rs1@hotmail.com

Ivonete Ferreira Haiduke - FACEL - ivonetehaiduke@ig.com.br

Robson Seleme - UFPR - robsonseleme@hotmail.com

Classe 1

Setor Educacional 3

Classificação das Áreas de Pesquisa em EaD F

Natureza do Trabalho A

#### **RESUMO**

De acordo com a Portaria n.º 4059, de 10de dezembro de 2004, as instituições de Ensino Superior – IES podem planejar a oferta de 20% de suas disciplinas, no momento da organização curricular e pedagógica, na modalidade semipresencial, para seus cursos em nível superior que já detenham o reconhecimento legalizado. O objetivo deste artigo é analisar o impacto da aplicação dessa portaria em uma IES particular, que oferece cursos na modalidade presencial e a distância, e que implantou a modalidade semipresencial em 2013, conforme a lei supracitada. Foram entrevistados 64 estudantes de dois cursos de graduação, do período da manhã e da noite. A pesquisa foi feita por meio de questionários estruturados, distribuídos aos acadêmicos. A análise dos dados apresenta que os acadêmicos concordam que a experiência possibilitou a ampliação de horizontes e agregou informações novas, o que contribui para melhorias no processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: organização curricular; ampliação de conhecimentos; tecnologias.

### Introdução

A Portaria n.º 4059, de 10de dezembro de 2004 trouxe, para as instituições de Ensino Superior – IES, a possibilidade de oferecerem até 20% de suas disciplinas, na modalidade semipresencial. Isso pode ser feito para os cursos em nível superior, que já tenham o reconhecimento legalizado.

Considerando-se a existência dessa perspectiva, o objetivo deste artigo é analisar o impacto da aplicação dessa portaria em uma IES particular, que oferece cursos na modalidade presencial e a distância. A referida instituição implantou a modalidade semipresencial em 2013, após a apresentação da nova organização curricular aos alunos, com os quais foi debatida a implantação e as mudanças que ocorreriam em termos pedagógicos e acadêmicos, destacando que a alteração não traria alterações para a certificação dos cursos.

O trabalho caracteriza-se como estudo de caso, havendo uma pesquisa de campo que subsidia a coleta de dados, o que faz com que ela se caracterize como pesquisa qualiquantitativa. Foram entrevistados 64 estudantes de dois cursos de graduação – Pedagogia e Tecnólogo em Recursos Humanos, do período da manhã e da noite. A análise dos dados apresenta que os alunos concordam que a experiência possibilitou a ampliação de horizontes e agregou informações novas, o que contribui para melhorias no processo ensino-aprendizagem.

#### A informação na Sociedade do Conhecimento

O acesso à rede mundial de computadores está bastante democratizado, possibilitando que o número de usuários que se conectam a internet aumente constantemente. Isso faz com que novas informações sejam também, constantemente, inseridas na rede mundial e, consequentemente, sejam socializadas entre um número cada vez maior de usuários.

Lévy (1999) aponta que o ciberespaço acolhe, por seu crescimento incontido, todas as opacidades do sentido, por isso ele desenha e redesenha várias vezes a figura de um labirinto móvel, em expansão, universal. Pode-se

acrescentar que esse espaço, ou o ciberespaço, é bastante democrático e não estabelece discriminação entre seus usuários, desde que os mesmos possuam os equipamentos tecnológicos que lhes permitam fazer as conexões adequadas para acesso às informações nele contidas.

Frente a isso, as instituições de ensino têm procurado disponibilizar a construção de projetos pedagógicos que estejam articulados às exigências do mundo atual, notadamente no que se refere à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação Digital (TICs) e as possibilidades que as mesmas podem trazer ao processo de ensino-aprendizagem, com o intuito de melhorar a dinâmica essencial na relação professor-estudante.

Nesse contexto, o governo publicou a Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que autorizou a inclusão, pelas IES, na organização pedagógica e curricular de seus cursos, até vinte por cento de disciplinas na modalidade semipresencial.

Lévy (1999) aponta que cabe aos avanços dos recursos de comunicação, principalmente no campo das tecnologias digitais, o mérito de terem contribuído para o aumento das ações cooperativas, favorecendo a comunicação entre as pessoas, a troca de conhecimentos e o aumento das possibilidades de acesso ao conhecimento, favorecendo a escolarização em vários níveis (telecursos e outros cursos de educação a distância) e, mesmo, em nível superior e de especialização.

Essas relações de escolarização passam a constituir-se num novo espaço para a constituição das relações - o ciberespaço. Entende-se, aqui, o ciberespaço como "um *Locus* virtual criado pela conjunção de diferentes tecnologias de telecomunicação e telemática, ou seja, um espaço criado pelas comunicações mediadas por computador (CMC's)" (GUIMARÃES, 1999), cuja principal manifestação contemporânea é a Internet.

Assim definido, o ciberespaço se apresenta de maneira bastante complexa, heterogêneo, e Guimarães (1999), que aponta que "a heterogeneidade é notória ao percebermos o grande número de ambientes de sociabilidade existentes, no interior dos quais se desenvolvem as formas mais variadas de convívio social".

Para ele, o Ciberespaço é territorializado e fragmentado em diferentes espaços simbólicos, constituídos e operacionalizados pelas práticas de

sociabilidade que ocorrem em seu interior e são essas práticas que irão constituir as culturas locais.

Sabe-se que estudar e discutir a cultura contemporânea não é uma tarefa fácil, mas para que se possa entender a participação acadêmica nas questões da implantação da Portaria n.º 4059, de 10de dezembro de 2004, é necessário que se compreendam os processos que constituem essa cultura, quais as possibilidades que são determinantes para as relações que se delineiam no ciberespaço.

A internet popularizou e facilitou o contato entre as pessoas e as múltiplas conexões que ela permite acontecer oportunizam a existência de coletivo virtual que interage e se movimenta, numa construção cooperativa do conhecimento. Esse movimento é bastante dinâmico, além de fluido e multiforme e, no espaço em que se encontra esse movimento é que são construídos os projetos de implementação de disciplinas na modalidade de Educação Semipresencial em IES de todo o país.

## A IMPLEMENTAÇÃO DA MODALIDADE SEMIPRESENCIAL

A utilização crescente das TICs, pelas diversas IES, no Brasil, em situações de ensino-aprendizagem as mais diversas, já se constituem uma realidade também no que se refere à implementação da Portaria n.º 4059, de 10de dezembro de 2004.

De acordo com Borges (2005) o ciberespaço e, em decorrência, a cibercultura, ainda não é utilizado como deveria, em educação. Isso acontece por diversos motivos, mas principalmente devido ao fato de que as IES, ao implementarem as propostas de trabalho que a modalidade semipresencial contempla, apenas "transportam" as práticas tradicionais do ensino presencial para o ambiente virtual, uma vez que a ação dos professores consiste no estabelecimento de uma relação fundamentada na transmissão de conteúdos, enfatizando a comunicação unidirecional, do tipo um-todos.

Freire (1985), já apontava a necessidade de que se fizessem modificações na forma de ensinar porque, para ele, esse ato ultrapassa o caráter didático, constituindo-se um problema antropológico e, mesmo, epistemológico e estrutural.

Outros autores compartilham da ideia de que a legalização da utilização das disciplinas na modalidade semipresencial é necessária, como Moran, Araújo Filho e Sidericoudes (2005), mas afirmam que as instituições superiores têm optado, na implementação dos vinte por cento a distância, por dois caminhos diferentes: o do voluntarismo e o do planejamento pontual.

No primeiro caminho, o do voluntarismo, a IES deixa livre a adesão dos professores ao uso de atividades que utilizem a modalidade semipresencial e, nesse caso, somente os professores mais motivados ou que mais interessam pelo uso das TICs na educação é que acabam materializando o processo.

No caminho do planejamento pontual, a IES inicia o projeto de implementação de disciplinas semipresenciais objetivando a atuação diferenciada em situações problemáticas no cotidiano escolar, como a existência de alunos com pendências, recuperações, reprovações. Essa atitude contribui para resolver problemas de espaço e criação de novas situações, acarretando uma redução de custos para as instituições.

Outra ocorrência bastante frequente, segundo os autores, é a escolha, para a modalidade semipresencial, de disciplinas comuns a vários cursos, como Sociologia ou Metodologia de Pesquisa, porque essa mudança contribui, também, para um melhor gerenciamento de custos e implica a redução de gastos, porque são utilizados poucos professores e tutores para o gerenciamento da condução da disciplina para muitos alunos, o que traz maior flexibilidade de organização curricular e maior economia para a IES.

Optando por esses caminhos, que têm como motivação muito mais o fator econômico do que a busca por um processo de ensino-aprendizagem significativo, as IES acabam por reduzir o potencial de atividades didáticas que utilizem os vinte por cento, provocando a desmotivação dos professores e, principalmente, dos estudantes.

Para que isso não ocorra é necessário que, segundo Pereira, Schmitt e Dias (2007, p.4) a qualidade do processo educativo seja mais bem estruturada, questão que está diretamente relacionada ao envolvimento do acadêmico, à proposta pedagógica do curso, à qualidade dos materiais disponibilizados para estudo e da equipe multidisciplinar que atua na gestão das disciplinas semipresenciais (professores, tutores, técnicos), assim como dos recursos tecnológicos que são utilizados.

Pode-se afirmar, então, que o ambiente virtual de ensino-aprendizagem pode oferecer recursos que promovam a interação e provoquem a reflexão e a autonomia, questões fundamentais para a construção do conhecimento. No entanto, se a instituição nãopossui uma proposta pedagógica consistente, ou se o professor que for utilizar o ambiente virtual não se sentir motivado ou confortável com essa utilização, o ambiente vai se transformar apenas em um depósito de informações, e não se constituirá no ambiente interativo de aprendizagem e construção de conhecimentos.

### Os alunos e o ambiente virtual de aprendizagem

A pesquisa foi realizada numa IES de Curitiba, que atua desde 2003 no ensino superior, modalidade presencial, com a oferta paralela de cursos de extensão e de especialização em EaD desde 2009.

Desde 2013 a IES passou a oferecer, nos cursos presenciais de graduação em Pedagogia e no curso de formação de tecnólogos em Recursos Humanos, algumas disciplinas na modalidade semipresencial. Atualmente são oferecidas nove disciplinas na modalidade semipresencial, onde estão matriculados 64 alunos.

A equipe pedagógica envolvida na condução das disciplinas semipresenciais da instituição se constitui pelos coordenadores dos cursos presenciais, pelos auxiliares de coordenação das disciplinas semipresenciais, assim como do tutor on-line e do tutor presencial.

Foram aplicados questionários de pesquisa em duas turmas do curso de Pedagogia, presencial, e em uma turma do curso de formação de tecnólogos em Recursos Humanos, num total de 64 alunos.

Todos os alunos participantes da pesquisa apresentam bastante familiaridade com o uso do computador e receberam capacitação para o acesso e utilização da plataforma virtual, no caso o Moodle, que é bastante simples e oferece facilidade de navegação.

Participaram da pesquisa 54 alunos de cursos de graduação e de formação de tecnólogo, que oferecem formação presencial e a distância. Os acadêmicos participantes da pesquisa estão assim distribuídos: 22 alunos de 3.º período do curso de formação de tecnólogos em Recursos Humanos, 18

acadêmicos do 7.º período e 14 acadêmicos do 3.º período do curso de Pedagogia.

À primeira pergunta, referente ao percentual das aulas do curso em EaD, 51 alunos responderam afirmativamente a existência de oferta de aulas em 20% do curso, sendo que 3 não responderam.

Quanto ao índice de satisfação com essa medida, 1 (um) aluno se declarou muito satisfeito, 46 se declararam satisfeitos e 7 se declararam pouco satisfeitos.

Em relação à organização das disciplinas, 34 responderam que é feita por conteúdos e 18 responderam que essa organização é modular.

Os alunos também foram convidados a avaliar o material disponibilizado no AVA, sendo que 12 consideraram esse material ótimo; 40 consideraram bom; 2 consideraram regular. Nenhum assinalou a alternativa "insuficiente", o que demonstra haver satisfação com a qualidade do material, uma vez que a maioria dos alunos apontou esse material como "bom".

A tutoria se constitui, em muitos cursos ofertados a distância, num aspecto bastante frágil. No caso desta pesquisa, a atuação do tutor foi avaliada como ótima, por 11 acadêmicos; boa por 47 acadêmicos e regular por 2 alunos.

Com relação à organização do trabalho, representado por um cronograma, 24 alunos responderam que sim, 14 responderam que não há, e um aluno não respondeu. Dado o elevado número de acadêmicos que respondeu negativamente a esta questão, supõe-se que a IES, ou os responsáveis por essa parte de organização e distribuição de temas, conteúdos e atividades, não tenha agido de forma a garantir flexibilidade para a organização dos alunos.

Essa falta de organização por parte da IES se reflete na resposta à questão seguinte, com relação ao cumprimento de prazos, pois poucos alunos afirmam que conseguem dar conta das solicitações no prazo marcado, com folga, perfazendo um total de 7 alunos. A maioria – 41 alunos- apontou que consegue dar conta dos compromissos no prazo marcado, o que sugere que o fazem apenas porque é uma exigência da IES e não porque isso é importante para seus estudos e sua formação. Ainda, 6 alunos responderam que, às vezes, entregam o material fora do prazo.

Indagados sobre os motivos da entrega das atividades fora do prazo, os alunos apontam que "o novo sistema é complexo, quase não lembro de entrar nele" (sic), ou "dou prioridade para outras coisas", ou ainda, "sem tempo para realizar trabalhos, tenho pouco tempo, não dá para realizar com perfeição". Ocorreu também uma resposta referente à "grande quantidade de trabalhos".

Em relação à avaliação, 15 responderam que é feita de forma presencial e a distância, 33 responderam que de forma presencial e 6 responderam que é feita a distância. Presume-se que os alunos que assinalaram que as avaliações são feitas a distância, tenham incluído, no contexto das respostas, as atividades que são realizadas on line e, mesmo, a distância.

A pergunta seguinte feita ao grupo refere-se ao benefício que a apresentação dessas disciplinas trouxe ao acadêmico: 24 responderam que contribuiu para ampliar seus conhecimentos. Em relação ao fato de que o estudo em EaD não apresentou nenhuma diferença qualitativa, apenas 4 assinalaram a resposta como afirmativa.

A questão seguinte indagava se o estudo dessas disciplinas em EaD agregou informações novas, e 35 acadêmicos responderam afirmativamente.

A última questão era voltada ao despertar para novas possibilidades de estudo, sendo que apenas 8 responderam afirmativamente.

Analisando-se as respostas, pode-se concluir que o uso das TICs e dos 20% na modalidade a distância, nos cursos pesquisados, representa um avanço na construção de uma nova forma de pensar o processo de ensino e aprendizagem que estão aí, na sociedade contemporânea, e que essas ferramentas vieram para ficar (MAYRINK, 2009).

Há alguns aspectos, como a organização de conteúdos, e mesmo a questão da tutoria, que devem ser avaliados pela IES, para que isso não se constitua em ponto de estrangulamento ou mesmo coloque em descrédito a iniciativa de utilização da modalidade semipresencial como forma de garantir, ao acadêmico, acesso a novas formas de aprender.

Considerando algumas respostas em relação à realização das atividades propostas e, mesmo em relação à aquisição de conhecimentos, em que houve bastante divergência nas respostas, acredita-se que os alunos

precisam ser mais incentivados a organizar o tempo de estudo e, nesse sentido, Santaella (2007, p.204) traz que "os ambientes não são vestimentas passivas, mas processos ativos". Dessa forma, não é o ambiente, presencial ou virtual que determinará a possibilidade de construção de conhecimento, mas o empenho e a organização do aluno.

Na busca pela melhoria da qualidade do processo ensinoaprendizagem observa-se então que não se trata apenas de identificação das
falhas, seja no ambiente, na modalidade, na metodologia, no professor ou no
aluno, mas de se repensar as ações realizadas para garantir que realmente a
(re)organização curricular com a implementação dos 20% dos conteúdos ou
das disciplinas na modalidade semipresencial se constitua num recurso que irá
favorecer a aprendizagem e contribuir para uma melhor qualificação
profissional dos acadêmicos envolvidos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sabe-se que vários fatores contribuem para que haja, efetivamente, uma aprendizagem eficaz, por parte do aluno.

A aprendizagem do acadêmico está diretamente relacionada à qualidade do processo educativo oferecido pela IES, à consistência da proposta pedagógica do curso, à qualidade dos materiais disponibilizados no AVA, para estudos, à qualidade dos recursos tecnológicos utilizados e, principalmente, do posicionamento da posição do aluno frente às oportunidades de aprendizagem, aliadas às estratégias pedagógicas apresentadas pelos professores.

Assim, não há apenas um fator que será o responsável pelo fracasso ou pelo sucesso da implementação da modalidade. Há, sim, um conjunto de fatores que devem ser identificados e analisados pela IES, para que os resultados esperados com a implementação da Portaria n.º 4059, de 10 de dezembro de 2004 traga os resultados esperados pela instituição, com benefícios para os acadêmicos.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Martha Kaschny. **Educação Semipresencial**: desmistificando a Educação a Distância. Maio/2005. Disponível em: <a href="https://www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/218tcf3.pdf">www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/218tcf3.pdf</a>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

**BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. Portaria n.º 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port4059-2004.pdf">http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port4059-2004.pdf</a>>. Acesso em 12 mar 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1999.

GUIMARÃES Jr., Mário J. L. **Sociabilidade no Ciberespaço:** Distinção entre Plataformas e Ambientes. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – UFSC. Trabalho apresentado na 51ª Reunião Anual da SBPC – PUC/RS, julho de 1999. Disponível em

<a href="http://www.cfh.ufsc.br/~guima/papers/plat\_amb.html">http://www.cfh.ufsc.br/~guima/papers/plat\_amb.html</a>. Acesso em 21 mar 2014.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAYRINK, Mônica Ferreira. Interesses e necessidades de uso da internet da perspectiva de alunos de Letras—espanhol. In: SOTO, Ucy; MAYRINK, Mônica Ferreira; GREGOLIN, Isadora Valencise (org.). **Linguagem, Educação e Virtualidade**: Experiências e reflexões, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p.191-207.

MORAN, José Manuel; ARAÚJO FILHO, Manoel; SIDERICOUDES, Odete. A ampliação dos vinte por cento a distância: estudo de caso da Faculdade Sumaré-SP. 2005. Disponível em:

<a href="http://www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/172tcc3.pdf">http://www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/172tcc3.pdf</a>. Acessado em: 18 mar 2014.

PEREIRA, Alice Theresinha Cybis; SCHMITT, Valdenise; DIAS, Maria Regina Álvares C.. Ambientes Virtuais de Aprendizagem. In: PEREIRA, Alice T. Cybis (org.). **Ambientes Virtuais de Aprendizagem**: Em Diferentes Contextos. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2007.

SANTAELLA, Lucia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SOTO, Ucy; MAYRINK, Mônica Ferreira; GREGOLIN, Isadora Valencise (org.). **Linguagem, Educação e Virtualidade**: Experiências e reflexões, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.